

EDIÇÃO #3

ABRIL 2022

Cartório **15**

Os cartórios cresceram em importância durante a pandemia

Entrevista com o Ministro
da Casa Civil, **Ciro Nogueira**





CAPA

“Os cartórios cresceram em importância durante a pandemia”

07



MAGISTRATURA

Os desafios da magistratura em um ano tão tenso

39



OPINIÃO

O Brasil precisa simplificar

43



EDITORIAL

A importância dos serviços extrajudiciais na retomada da economia

03



ECONOMIA

A reinvenção da agenda de infraestrutura como caminho para a retomada do desenvolvimento

49



JUSTIÇA

Poder Judiciário em tempos de pandemia

23



IMÓVEIS

Retrofit: Transformando e valorizando o Rio

55



ENERGIA

O novo mercado de gás

28



BÚSSOLA

As melhores dicas de Nova York

60



ADVOCACIA

O longo caminho de Myrthes

33



SABORES

Muito prazer, Pedro de Artagão!

67



A importância dos serviços extrajudiciais na retomada da economia

Fernanda Leitão

Tabeliã do 15º Ofício de Notas

Michelle Novaes

Substituta Legal do 15º Ofício de Notas



Mesmo nos dias em que Terra parou, nos momentos mais críticos das restrições à circulação de pessoas diante da pandemia de covid-19, os cartórios brasileiros não deixaram de cumprir sua missão. Pelo contrário, as serventias extrajudiciais ampliaram o seu horizonte de atuação e tornaram ainda mais evidente o caráter essencial dos seus serviços ao exercício da cidadania.

Seguindo os protocolos estipulados pela Organização Mundial de Saúde, os cartórios tomaram todas as medidas necessárias para manter a segurança e a qualidade do atendimento de balcão em sua enorme rede física, com cerca de 15 mil unidades, distribuídas nas mais de cinco mil comarcas brasileiras. Capilaridade esta que foi ampliada para muito além do atendimento presencial quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) autorizou que os cartórios pudessem passar a prestar novos serviços eletrônicos.

Atualmente, os brasileiros contam com um número muito maior de serviços disponíveis nas plataformas e centrais digitais dos cartórios do que antes



da pandemia, sem ter que sair de casa, porém dispondo da mesma segurança jurídica que sempre tiveram nos cartórios presenciais. O que se deve, principalmente, ao acelerado aprimoramento tecnológico dos ofícios e tabelionatos, que mais do que meramente oferecer serviços *on-line*, buscaram formas de tornar seus procedimentos mais céleres, eficientes e baratos. Transformação esta que já estava em curso, mas que foi acelerada pela emergência da pandemia.

Hoje, para se ter uma ideia, os cartórios de protestos viabilizam cobranças muito mais rápidas; os cartórios de registros de imóveis tornaram-se obstáculos aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, sobretudo pela intercomunicação de seus dados; e os cartórios de notas e do registro civil assumiram uma importância notável, porque além dos registros tradicionais, passaram a reconhecer, por exemplo, a paternidade sócio-afetiva e as uniões estáveis, inclusive as homoafetivas, dentre uma série de outras inovações que os tornam verdadeiros “ofícios das cidadania”.



Os registradores e notários de todo o país estão orgulhosos pelo reconhecimento público da qualidade desse trabalho e pela tranquilidade que puderam oferecer à população nesse período, mas agora querem ir além e fazer muito mais, apoiando o Brasil nesse decisivo momento de retomada do desenvolvimento econômico, com serviços de excelência.

O mundo mudou e os cartórios mudaram junto com ele, progredindo para atender cada vez melhor a população. Como o asteroide cujo impacto levou os dinossauros à extinção, a covid-19 acabou com os tempos em que era natural lidar com a morosidade judicial. “Justiça tardia é injustiça qualificada”, já nos alertava o imortal Ruy Barbosa. A desjudicialização é a tônica do momento, nem tudo precisa ser resolvido dos tribunais, e os cartórios estão mais prontos do que nunca para assumir esse papel coexistencial da Justiça, capaz de afastar do Poder Judiciário tudo aquilo que prescinde da intervenção qualificada dos magistrados.

Para os avanços que o Brasil tanto precisa, conte com os cartórios! ♦



CAPA

“Os cartórios cresceram em importância durante a pandemia”

Entrevista com o Ministro-Chefe da Casa Civil, **Ciro Nogueira**



Ele é empresário, advogado formado pela PUC-RJ e senador em segundo mandato pelo Estado do Piauí, licenciado desde julho do ano passado para exercer suas atribuições à frente da Casa Civil da Presidência da República. Nessa entrevista à Revista Cartório 15, o Ministro Ciro Nogueira fala sobre os planos do Governo Federal para a retomada econômica e a continuidade das reformas no ambiente pós-pandemia.

Revista Cartório 15 – Quais são as perspectivas econômicas para este ano? O senhor acredita que o país voltará a crescer já em 2022?

Ministro Ciro Nogueira – Não tenho dúvidas de que vamos crescer. A missão que o presidente Bolsonaro nos deu foi clara: reduzir a inflação e aumentar a geração de empregos. E os números nos dão muita confiança de que teremos grandes

“Nossa prioridade é que o país cresça e que as pessoas retomem suas vidas com segurança para empreender, gerar empregos e garantir o sustento de suas famílias”



resultados neste ano. Mesmo com todas as dificuldades da pandemia, criamos mais de 2,7 milhões de empregos em 2021. O Auxílio Brasil está garantindo o apoio para que os mais de 17 milhões de brasileiros que passam por necessidades possam se recuperar.

Já avançamos nas agendas de privatizações e concessões, na abertura comercial, na desburocratização e em reformas importantes. As obras de infraestrutura seguem em ritmo acelerado. E ainda teremos novas medidas que vão incentivar o crescimento e o desenvolvimento do país.

RC15 – O Brasil recebeu o convite formal para aderir à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Qual a importância de entrar para a OCDE?

MCN – O convite da OCDE para que nosso país inicie o processo de ingresso na organização representa um marco na nossa política externa. É um reconhecimento à importância do Brasil no cenário global. Quero reiterar que esse convite não acontece em qualquer ocasião. Ele só é feito se o país já demonstrou um grau de alinhamento



aos valores fundamentais da organização, como a defesa da democracia, da economia de mercado, a proteção ao meio ambiente, os direitos humanos e o combate à corrupção, por exemplo. O ingresso na OCDE vai resultar em mais investimentos, gerar empregos, produtos com preços melhores, novas oportunidades. Os benefícios serão imensos.

RC15 – O Brasil já aderiu a alguns termos legais da OCDE, mas ainda há um caminho a percorrer. O que o senhor destacaria como prioridades para que o país possa entrar nesse clube das nações mais desenvolvidas nos próximos dois ou três anos?

MCN – Nosso país não esperou o convite para avançar nas convergências com os valores da OCDE. Nós já aderimos a 104 dos 251 instrumentos normativos da Organização, 38 deles só na gestão do presidente Bolsonaro. Também participamos formalmente de mais de 30 comitês e grupos de trabalho da Organização, oferecendo contribuições



relevantes ao tratamento de temas como comércio, investimento, agricultura, economia digital e muitos outros. Agora, vamos prosseguir nessas tratativas e reformas necessárias para que possamos cumprir as etapas no menor tempo possível.

RC15 – Esse ano teremos o maior orçamento da história, no valor de R\$ 4,7 trilhões. Quais são as prioridades de investimentos do Governo?

MCN – Nosso país conta com o maior programa de concessões do mundo e alcançamos um volume superior a R\$ 800 bilhões em investimentos, o que representa confiança e credibilidade no Brasil. Seguiremos o caminho de entregas à população, com empreendimentos que resultem em melhoria da nossa infraestrutura e tragam mais desenvolvimento.

Nossa prioridade é que o país cresça e que as pessoas retomem suas vidas com segurança para empreender, gerar empregos e garantir o sustento de suas famílias. Tudo isso sem deixar de lado o cuidado com os que mais precisam, que é o que vamos continuar fazendo por meio do Auxílio Brasil e da integração das diversas políticas públicas de assis-



tência social, saúde, educação e emprego, para que o cidadão tenha garantida não só a transferência de renda, mas também consiga sua emancipação socioeconômica.

RC15 – O que o senhor poderia citar como principal avanço no atual Governo?

MCN – Tivemos muitos avanços em todas as áreas. É até difícil destacar os principais no meio de tantas realizações, especialmente ao considerarmos que o mundo sofreu a mais grave pandemia da história. A grande melhoria da infraestrutura do país, por meio do trabalho do ministro Tarcísio de Freitas, é algo visível e inegável. Tivemos o maior programa de parcerias, privatizações e concessões do mundo,

“Acredito que em 2022, mesmo com um ano legislativo mais curto, ainda conseguiremos avançar muito em parceria com o Poder Legislativo”





o ressurgimento do modal ferroviário, enfim, ações irreversíveis de modernização.

Na Agricultura, o trabalho da ministra Tereza Cristina é reconhecido internacionalmente, batemos recordes de exportação. Nas Comunicações, tivemos o leilão do 5G, o maior da história do setor. Na Saúde, a nossa campanha de vacinação capitaneada pelo ministro Queiroga é um exemplo para o mundo. Em todas as áreas, não faltam exemplos dos grandes passos do nosso Governo.

RC15 – Como estamos avançando no Governo digital? O impacto na qualidade dos serviços públicos já pode ser sentido pela população? Se sim, em que áreas?

MCN – Nunca se avançou tanto na área digital quanto no Governo do presidente Bolsonaro, que vem entregando uma verdadeira revolução, que facilita o dia a dia das pessoas. Hoje temos o “Meu INSS”, a Carteira de Trabalho Digital e a Carteira Digital de Trânsito. Acabamos de anunciar que, a partir de agora, nenhum brasileiro vai ter que sair de casa para fazer a prova de vida do INSS e só essa medida beneficiou 36 milhões de cidadãos.



O maior destaque nessa área, no entanto, é o PIX. Esse sistema tem pouco mais de um ano, mas parece que existe há muito mais tempo, de tanto sucesso que fez entre os brasileiros, que ficaram livres das taxas altíssimas que os bancos cobravam para simples transferências. De acordo com o Banco Central, as transferências entre novembro de 2020 e outubro de 2021 já movimentaram quase R\$4 trilhões.

RC15 – O Estado brasileiro sempre foi considerado muito burocrático. Temos amarras constitucionais que pioram essa situação. Como desburocratizar o Estado?

MCN – Já avançamos muito nesse sentido durante o Governo do presidente Bolsonaro. A digitalização de inúmeros serviços ao cidadão tem contribuído para isso, já que reduz consideravelmente o tempo que os brasileiros têm que gastar para terem seus problemas solucionados.

Também atuamos na simplificação das normas e procedimentos no Governo, para reduzir a burocracia. Somente na área trabalhista, por exemplo, recentemente conseguimos reduzir mais de mil decretos, portarias e instruções normativas



trabalhistas para apenas 15 normas. Esse é um esforço que tem acontecido em todas as áreas e vem dando bons resultados.

RC15 – O atual Congresso tem um caráter bem mais reformista do que os anteriores. Porque nem todas as reformas avançaram a contento?

MCN – O Governo Federal acredita muito no diálogo. Temos algumas reformas ainda em tramitação no Congresso Nacional, mas já avançamos muito em tantas matérias como a reforma da Previdência, a legislação trabalhista, o marco do saneamento e diversas outras.

Em 2021, aprovamos vários projetos junto ao Congresso Nacional que ajudaram a melhorar a economia, oferecer recursos para o combate à pandemia e amparar a população mais vulnerável em um cenário de crise sanitária mundial. Acredito que em 2022, mesmo com um ano legislativo mais curto, ainda conseguiremos avançar muito em parceria com o Poder Legislativo.



RC15 – Apesar dos avanços registrados, inclusive durante a pandemia, a morosidade da Justiça ainda é um entrave, tanto para o desenvolvimento econômico quanto para o dia a dia do cidadão comum. Como podemos avançar nessa agenda? O senhor considera que o aumento das iniciativas extrajudiciais pode ser um caminho?

MCN – Quem me conhece sabe que o diálogo e o consenso são valores importantes para mim. Temos uma Justiça muito carregada com processos que poderiam ser resolvidos por meio de mediações e acordos em que todos ganhem, já que as partes têm seus interesses atendidos de maneira mais ágil e os tribunais têm sua carga reduzida. Acredito que esse possa, sim, ser um caminho positivo para o futuro em nosso país.

É fundamental também avançar na modernização do Judiciário, e cumpre destacar como um grande avanço da gestão do presidente Luiz Fux à frente do Supremo Tribunal Federal a implantação dos cartórios extrajudiciais, como ferramenta para modernizar e desafogar o Judiciário, sobretudo os cartórios de notas, dada a sua grande importância. Sem contar os demais, que prestam importante serviço à população.



RC15 – Como o senhor enxerga o papel dos cartórios no compartilhamento da Justiça?

MCN – O papel dos cartórios é fundamental. O ministro Luiz Fux, presidente do STF, destacou à Organização das Nações Unidas (ONU) a importância dos nossos cartórios, frisando que eles estão empenhados junto a outros órgãos do Poder Judiciário brasileiro em contribuir com a Agenda 2030 da Organização.



O 15º Ofício de Notas é um exemplo de inovação no atendimento e de como as ações de modernização, quando bem implementadas, resultam em soluções eficientes e seguras”



Os cartórios brasileiros cresceram em importância durante a pandemia e podemos ver que hoje não são mais sinônimos de burocracia. Pelo contrário. O 15º Ofício de Notas é um exemplo de inovação no atendimento e de como as ações de modernização, quando bem implementadas, resultam em soluções eficientes e seguras para a Justiça brasileira e, também, para os cidadãos. Esse caminho de desburocratização e agilidade está sendo consolidado em todo o país.

“Nosso país tem sofrido bem menos do que outras nações com as novas ondas justamente por esse trabalho. Não tenho dúvidas de que a vacinação vai nos permitir ter um grande crescimento neste ano”



RC15 – A pandemia é um divisor de águas dessa geração. Que mudanças foram geradas por ela vieram para ficar?

MCN – A busca pela redução de custos e a digitalização vieram para ficar em todos os setores. O comércio eletrônico deu um salto gigantesco. O ensino à distância teve um aumento significativo. O brasileiro cada vez mais se dá conta de que pode acessar universidades no mundo inteiro, com mais facilidade e sem sair de casa. A telemedicina ganhou espaço. E o trabalho remoto trouxe novas oportunidades aos profissionais e empresas. Mesmo com as dificuldades da pandemia, várias áreas tiveram mudanças para melhor que, tenho certeza, vieram para ficar.

RC15 – Como funcionou a relação do Governo com o Congresso no auge da pandemia, quando muita gente se isolou acatando as recomendações de distanciamento social da Organização Mundial da Saúde (OMS)? Dá para avançar na agenda legislativa de forma remota?

MCN – Claro que o trabalho legislativo funcionando de forma remota apresenta desafios específicos, mas acredito que tivemos sucesso em garantir



o que era fundamental: salvar vidas e proteger empregos. Aprovamos a Lei de Melhoria do Ambiente de Negócios, a Nova Lei de Licitações, a Lei da BR do Mar, a Nova Lei de Falências, a Lei do Governo Digital, o Novo Marco Legal das *Startups* e do Empreendedorismo Inovador, a Nova Lei do Gás, dentre outras. No ano passado, com o olhar voltado para as pessoas que mais precisam, instituímos o Programa Auxílio Brasil, com valor mínimo de R\$ 400, duas vezes maior que a média do antigo Bolsa-Família.



RC15 – Embora tenha iniciado mais tarde do que outras nações, a vacinação no Brasil já atingiu níveis bastante altos se comparados, inclusive, a países mais desenvolvidos. O movimento antivacina parece não ter tanta força no Brasil. O senhor considera que esse indicador positivo terá impacto no crescimento do país?

MCN – O Brasil é um exemplo para o mundo na vacinação. O Governo Federal agiu no tempo certo e garantiu doses para que todos os brasileiros se imunisassem e os resultados são inquestionáveis. Temos mais de 150 milhões de brasileiros totalmente imunizados, mais de 70% da população. Foram mais de 360 milhões de doses aplicadas, todas adquiridas pelo Governo Federal.

Os impactos positivos dessa campanha de sucesso já se verificaram desde o ano passado com a rápida recuperação econômica e o aumento na geração de empregos. E neste ano nosso país tem sofrido bem menos do que outras nações com as novas ondas justamente por esse trabalho. Não tenho dúvidas de que a vacinação vai nos permitir ter um grande crescimento neste ano.



RC15 – Este ano vamos ter eleições gerais. O senhor acredita que elas vão ocorrer na mais perfeita ordem ou corremos algum risco de ruptura democrática?

MCN – De forma nenhuma nossa democracia está ameaçada. O risco é zero. Somos uma democracia sólida, a quarta maior do mundo em números de eleitores, ficando atrás apenas da Índia, dos Estados Unidos e da Indonésia. Temos um presidente que não apenas valoriza a democracia como tem ativamente trabalhado para fortalecê-la dentro das linhas da nossa Constituição Federal, como ele mesmo diz. Não vejo absolutamente nenhum risco nesse sentido. ◆



Marcus Vinicius Furtado Coêlho

Advogado

Presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB

A crise sanitária do coronavírus provocou ampla recessão, significativa redução da produção industrial e impactos na prestação dos serviços essenciais à Justiça. Com a implementação de



drásticas e necessárias medidas de isolamento e distanciamento social no ano de 2020, alguns países – como Austrália, Bangladesh, Espanha, Finlândia, Gana, Holanda, Noruega, entre outros – até deixaram de promover atendimento judicial.¹

No Brasil, além da continuidade dos serviços judiciais no período pandêmico, houve a reinvenção dos fluxos de trabalho no âmbito do Poder Judiciário. O inconveniente da pandemia aumentou a demanda social por segurança jurídica. Assim, visando orientar as atividades judiciais durante a crise sanitária, foram implementadas diversas medidas a fim de assegurar o acesso à Justiça, a exemplo da realização de um Juízo 100% Digital no Supremo Tribunal Federal (STF), respeitando as recomendações de prevenção anunciadas pela Organização Mundial da Saúde. Nesse contexto, o STF tem adquirido posição de destaque na moderação de conflitos democráticos e federativos.

Segundo o Painel de Ações Covid-19, desde março de 2020, quando foram decretadas as primeiras

1 CNJ. Justiça em números 2021. Disponível em: < <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-justica-em-numeros2021-221121.pdf> >.



medidas de prevenção ao contágio do coronavírus, até fevereiro de 2022, o Supremo registrou 10.295 processos sobre a temática e já proferiu 13.526 decisões. Visando a valorização da segurança jurídica e da previsibilidade, no biênio 2020-2021, em geral, foram julgados 137 temas de repercussão geral e, em fevereiro de 2022, já se registram seis decisões colegiadas em repercussão geral pelo Plenário Virtual.²

2 STF. Estatísticas. Disponível em: < <https://transparencia.stf.jus.br/single/?appid=615fc495-804d-409f-9b08-fb436a455451&sheet=260e1cae-f9aa-44bb-bbc4-9d8b9f2244d5>>.

“Apesar do difícil contexto de crise, o Poder Judiciário, contando com a participação ativa da OAB, tem reafirmado seu papel institucional na proteção da segurança jurídica e do acesso à jurisdição”





Para superar a pandemia, resguardar a saúde, vida, empregos e promover a capacidade produtiva do país e a segurança jurídica, o STF tem se debruçado sobre casos emblemáticos. Uma das primeiras decisões que marcou a atuação do Supremo foi a concessão da medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6341 para reconhecer a competência concorrente dos entes federados para legislar e adotar medidas sanitárias de combate à epidemia internacional. Nesse julgado, reforçou-se a jurisprudência de que o Estado garantidor dos direitos fundamentais não é apenas a União, mas também os estados e os municípios.³

Outra decisão marcante proferida pelo plenário do STF declarou a inconstitucionalidade do dispositivo da Lei de Propriedade Industrial que prorrogava a vigência de patentes sobre fármacos no país. No julgamento da ADI nº 5529, o Tribunal estabeleceu que o prolongamento indevido dos prazos de patente dispostos na lei ofende os princípios da segurança jurídica, da eficiência da administração pública, da ordem econômica e do direito à saúde.⁴

3 STF. ADI 6341. Relator o Ministro André Mendonça. Redator do Acórdão Min. Edson Facin. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5880765>>.

4 STF. ADI 5529. Relator o Ministro Dias Toffoli. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4984195>>.



Para rechaçar o negacionismo, valorizar a ciência e incentivar a imunização popular, a Corte suspendeu ato do Ministério da Educação que liberava a obrigatoriedade do passaporte da vacina em universidades e institutos federais. No referendo da liminar da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 756, além de reforçar a autodeterminação das universidades, consagrada no art. 207 da Constituição, o Plenário do Tribunal reiterou seus precedentes sobre a exigência de comprovação de vacinação para o exercício de determinados direitos (veja-se: ADIs nº 6586 e nº 6587).⁵

Apesar do difícil contexto de crise, o Poder Judiciário, contando com a participação ativa da Ordem dos Advogados do Brasil, tem reafirmado seu papel institucional na proteção da segurança jurídica e do acesso à jurisdição, a fim de assegurar a proteção dos direitos fundamentais nesse período tão conturbado e de instabilidade enfrentado pelo país. ◆

⁵ STF. ADPF 756. Relator o Min. Ricardo Lewandowski. Redator do Acórdão o Ministro Roberto Barroso. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6035593>>.



Katia Repsold

Country Manager da Naturgy Brasil

Em 1997, CEG e CEG Rio foram privatizadas, assinando contrato de concessão com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e, hoje, a Naturgy, operadora das concessionárias, é um dos principais *players* brasileiros do setor.

Nestes 25 anos de gestão privada, a Naturgy já investiu mais de R\$ 8,6 bilhões no país. Desde



então, firmou-se como protagonista no desenvolvimento da rede de distribuição de gás no Brasil, transformando o Rio no estado brasileiro com o maior nível de gaseificação. Enquanto a média do país é de apenas 3%, o nível de gaseificação no Rio é de 25%. O estado também representa 22% do consumo nacional de gás natural. Em 2022, serão investidos mais R\$ 300 milhões.

A solidez de tais concessões, ativos do Estado do Rio de Janeiro e da população carioca, está diretamente vinculada à estabilidade jurídica, legalidade que se traduziu no cumprimento estrito – tanto das concessionárias, quanto do Governo do Estado do Rio de Janeiro enquanto poder concedente – dos contratos de concessão, tornando o ambiente de negócios sólido e estável.

É natural que, em contratos de longo prazo, sejam necessárias acomodações legais e regulatórias, que garantam os princípios que norteiam as concessões de serviços públicos, especialmente a equação econômico-financeira dos contratos.

"A importância do processo de liberalização se concentra no incremento da infraestrutura de processamento, transporte e otimização ao acesso das instalações para que o gás chegue ao consumidor com preços mais competitivos"



Nesse sentido, o Novo Mercado de Gás propõe um conjunto de medidas com o objetivo de promover a abertura do mercado de gás natural, a competição e a consequente redução do custo do gás.

Em nosso ponto de vista, a importância do processo de liberalização se concentra no incremento da infraestrutura de processamento, transporte e otimização ao acesso das instalações existentes para que o gás produzido chegue ao consumidor final com preços mais competitivos.



Um fator determinante para a abertura segura do mercado de gás é o respeito aos contratos e à definição de regras de transição ajustadas, sem conflito entre regulamentações estaduais e federais, de modo que todas as decisões sejam pautadas pela análise crítica, considerando os diversos segmentos, e evitando perdas difíceis de serem revertidas.

A liberalização deve, portanto, ser feita de forma sincronizada entre todos os atores do mercado, já que os investimentos em infraestrutura requerem segurança jurídica e garantias de que as regras do jogo não vão mudar no curto ou médio prazo. Isto é fundamental para o desenvolvimento econômico e para a manutenção da competitividade do gás natural no Rio de Janeiro, que é o maior estado produtor de gás do país.

É preciso que se encontre uma solução efetiva para a redução do custo de aquisição do gás, em prol do nosso estado. Hoje, considerando as necessidades de volume do Rio de Janeiro, ainda há dependência de um só supridor, único com condições de entregar o volume de gás natural na modalidade firme.



A Naturgy está aberta a participar dessa empreitada, colaborando para a abertura do mercado, de modo que seja possível a contínua expansão e universalização dos serviços de distribuição a todo o Estado do Rio, com um preço de gás competitivo, que apoie o desenvolvimento econômico do Estado, atraindo indústrias.

“Um fator determinante para a abertura segura do mercado de gás é o respeito aos contratos e à definição de regras de transição ajustadas, sem conflito entre regulamentações estaduais e federais”

Não podemos perder a oportunidade para a criação de um novo modelo que permita a retomada do crescimento e desenvolvimento, através de uma política energética sustentável e moderna, tendo o gás natural como um de seus principais vetores, dentro de um cenário onde todos sejam beneficiados, respeitando contratos e direitos acordados. ◆



ADVOCACIA

O longo caminho de Myrthes

A luta de uma fluminense pouco conhecida para abrir portas para as mulheres na advocacia

Luciano Bandeira

Presidente da OAB-RJ



Menos conhecida do que se deve, Myrthes Gomes de Campos é uma figura de extrema importância na advocacia brasileira e na luta pelos direitos femininos. Nascida em Macaé em 1875, ela se formou em 1898 na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Tornou-se a primeira mulher formada em advocacia a exercer a profissão, abrindo espaço em um ambiente exclusivamente masculino, profundamente elitista e machista. Ela lutou pela emancipação jurídica, igualdade entre os cônjuges, pelo voto feminino, pelo direito ao divórcio e ao aborto.

Um então desembargador se opôs a aceitar que Myrthes exercesse a profissão alegando que a advocacia era “ambiente impróprio para o sexo frágil”. Felizmente a opinião do desembargador não prevaleceu e Myrthes estreou no Tribunal do Júri em setembro de 1899. Defendeu um homem acusado de lesões corporais. E conseguiu absolver seu cliente. Mesmo assim, demorou muito tempo para que ela



O caminho de nossa sociedade rumo à igualdade de gênero tem sido longo, acidentado e cheio de percalços. Myrthes abriu o caminho para milhões de mulheres que vieram depois, na advocacia e fora dela”



fosse reconhecida pelo órgão de classe. A resistência a ela foi forte dentro da advocacia também. Atualmente, o dia 15 de dezembro marca o Dia da Mulher Operadora de Direito e lembra o percurso de Myrthes. Seu legado é importante, deve ser preservado e ampliado.

O caminho de nossa sociedade rumo à igualdade de gênero tem sido longo, acidentado e cheio de percalços. Myrthes abriu o caminho para milhões de mulheres que vieram depois, na advocacia e fora dela. Nas últimas décadas foram feitos avanços, mas há ainda uma sensação, correta, de que temos muito a



percorrer. A luta contra a desigualdade de gênero não é exclusiva das mulheres, mas de toda a sociedade — como deve ser o combate a todas as injustiças.

A pesquisa Global Gender Gap Report 2021 do Fórum Econômico Mundial, que mede a desigualdade na questão de gênero, colocou o Brasil na 93ª posição entre 156 países. O relatório avalia quatro áreas: participação econômica e oportunidade; realização educacional; saúde e sobrevivência; e empoderamento político. Na América Latina ocupamos a 25ª colocação, a penúltima. Um desempenho que envergonha.

No campo do Direito também há muito a ser feito. A presença das mulheres nos tribunais ainda é proporcionalmente tímida, por exemplo. Na advocacia, o aumento da participação feminina não seguiu a mesma velocidade nos quadros da Ordem.

Como forma de impulsionar esse processo, recentemente foram tomadas algumas decisões históricas. A OAB-RJ inovou entre as seccionais ao criar uma Diretoria de Mulheres para tratar das questões específicas que dificultam o exercício profissional

de advogadas. Fomos também pioneiros ao instituir a obrigatoriedade da presença de mulheres como palestrantes ou debatedoras na composição das mesas de todos os eventos realizados por nós. Recentemente, o Conselho Federal fez o mesmo e foi além, determinando a paridade nas chapas eleitorais em todas as seccionais do Brasil.

“A presença das mulheres nos tribunais ainda é proporcionalmente tímida.

Na advocacia, o aumento da participação feminina não seguiu a mesma velocidade nos quadros da Ordem”





A chapa recém-eleita na OAB-RJ tem Ana Tereza Basílio como vice-presidente e Monica Alexandre Santos como secretária-adjunta. A participação das mulheres à frente das subseções também aumentou. Passam de 15 no atual triênio para 19 em todo o estado, na capital (Méier, por exemplo) e no interior (como São Gonçalo, Volta Redonda e Nilópolis). Uma advogada irá presidir justamente a subseção de Macaé, terra de Myrthes.

No resto do Brasil houve uma marca histórica. Teremos cinco seccionais comandadas por mulheres, as de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Bahia e Mato Grosso. Desejo sorte e bom trabalho a minhas colegas fluminenses e as de outros estados nesse caminho aberto por Myrthes Gomes de Campos. ◆



MAGISTRATURA

Os desafios da magistratura em um ano tão tenso

Eunice Haddad

Juíza do TJRJ e Presidente da Amaerj

Este ano de 2022 apresenta ao Poder Judiciário e a todos os magistrados deste Brasil desafios certamente duríssimos, mas nada que os impeça de exercer seu papel legal de maneira plena e servir à sociedade com competência, eficiência e qualidade.



Todos nós, magistrados, sabemos que sem um Judiciário independente não há Estado Democrático de Direito. Os ataques desferidos à Justiça e à magistratura nos últimos anos, embora lamentáveis, são inócuos. Nenhum de nós se dobrou ou se dobrará ao que não estiver previsto nas leis deste país e na Constituição Federal.

“Decisão judicial contesta-se nos canais da legalidade. Não em entrevistas, muito menos em redes sociais”

A ação imparcial de juízes e desembargadores – e dos ministros das cortes superiores – é uma marca do nosso sistema judiciário. Aliamos o conhecimento e a técnica à sensibilidade que nos permite enfrentar, de modo altaneiro e sereno, os desafios deste ano.

Como todos já percebem, neste ano de eleições presidenciais e para os governos estaduais, o



ambiente social torna-se mais tenso. Temos lido e ouvido críticas sistemáticas e injustas a magistrados e até mesmo aos ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral. A eles, na condição de magistrada e de presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj), apresento a minha solidariedade. Decisão judicial contesta-se nos canais da legalidade. Não em entrevistas, muito menos em redes sociais.

A eleição presidencial tende a ser das mais tensas desde a redemocratização, lá se vão 30 e poucos anos. A sociedade terá que exercer o seu direito de voto de forma serena e civilizada. Fora disso, a Justiça e a magistratura brasileira não admitirão.

“A sociedade terá que exercer o seu direito de voto de forma serena e civilizada. Fora disso, a Justiça e a magistratura brasileira não admitirão”



Os candidatos escolhidos pela população para a Presidência da República e para os cargos de governadores serão vitoriosos conforme normatizam as regras eleitorais em vigor. Não há no Brasil caminho que não passe pelas urnas.

O Tribunal Superior Eleitoral tem agido com firmeza máxima para que as regras sejam respeitadas, sobretudo na internet, terra de ninguém, onde a cada dia surge uma novidade. Por vezes, histórias sem a mínima fundamentação na verdade. Também nos estados, os Tribunais Regionais Eleitorais vêm desde a última eleição, há dois anos, preparando-se para o pleito de 2022.

Os tribunais eleitorais e as cortes estaduais estão preparados para enfrentar todos esses desafios. Repito ao encerrar este texto: 2022 já está sendo desafiador, mas o Judiciário e os magistrados estão muitíssimo bem preparados para decidir em prol das causas do bem e em benefício da sociedade.

Gosto de ser otimista. A Justiça brasileira sairá engrandecida quando os historiadores do futuro analisarem o que foi o ano de 2022 neste país. ◆



OPINIÃO

O Brasil precisa simplificar

José Antonio do Nascimento Brito

Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro

No início de dezembro, a Câmara de Vereadores do Rio aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 43/2021, que dispõe sobre os direitos de liberdade econômica, simplificando as atuais regras para abertura de novos negócios de baixo



risco na cidade, regulamentando no nível municipal a Lei Federal nº 13.874/2019. Também será criado um conselho consultivo, com participação da sociedade civil, que definirá os negócios que se enquadram à nova regra. A Lei nº 13.874, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica.

“Desde a Constituição promulgada em 1988, mais de seis milhões de normas foram editadas nos vários níveis da administração pública”

A Associação Comercial do Rio de Janeiro considera a aprovação do projeto municipal um importante avanço para os negócios da cidade. A iniciativa dos vereadores torna o Rio mais atrativo, melhora o ambiente de negócios e, por consequência, permite que a nossa cidade seja mais competitiva. É, sem dúvida, um instrumento necessário para a retomada econômica, à medida que desburocratiza e incentiva o empreendedorismo.



Na verdade, o Brasil precisa ser simplificado. A simplificação das regras no Rio de Janeiro aponta para um caminho que devemos seguir. Hoje, não é segredo para ninguém que um cipoal de leis e regulamentações nas esferas municipal, estadual e federal trava e constrange a liberdade econômica. Trata-se de uma tempestade legislativa que se abate sobre a capacidade de empreender e inovar no Brasil.

Mas isso acontece não por culpa do governador e do prefeito do Rio de Janeiro, mas, sim, pela ação da máquina burocrática que atropela os dois. Gostaria de sugerir a Cláudio Castro e Eduardo Paes que montassem poderosos grupos de trabalho para examinar a simplificação de custos e processos. Tenho certeza de que, assim como no debate que envolveu a privatização e a sobrevivência do Aeroporto do Galeão, a ACRJ, a Firjan e a Fecomércio terão enorme prazer em se unir e trabalhar em busca de soluções.

Desde a Constituição promulgada em 1988, mais de seis milhões de normas foram editadas nos vários níveis da administração pública. O que se conseguiu com isso foi ampliar a burocratização de processos,



além de gerar uma profunda insegurança jurídica, tanto para cidadãos quanto para empresas. Vivemos, na prática, uma arriscada dicotomia, em que a parte mais atrasada da sociedade tenta puxar para trás todas as iniciativas de desenvolvimento.

A melhor tradução dessa realidade está na própria Constituição, completamente desconectada da realidade. São mais de 250 artigos e uma infundável colcha de retalhos de emendas. Apesar das boas intenções dos legisladores que redigiram a Carta Magna há mais de 30 anos, grande parte do texto encontra-se vencida diante das exigências do terceiro milênio.



"Não é segredo para ninguém que um cipoal de leis e regulamentações nas esferas municipal, estadual e federal trava e constrange a liberdade econômica"



O Brasil precisa se reinventar. Há que afirmar com todas as letras que nos falta ousadia para mexer em questões fundamentais que ainda engessam e dificultam o avanço do país. Assiste-se, à distância, ao flagrante conflito entre os três Poderes da nação. O STF, a quem caberia dirimir os conflitos constitucionais, passou a desempenhar tarefas do Legislativo. Testemunhamos a judicialização da política como se fosse um fenômeno inevitável da natureza.

O Legislativo, de seu lado, invade a seara do Executivo, mas sem assumir a responsabilidade pelo aumento das despesas orçamentárias. Ao Executivo, que se resume a criticar os demais Poderes, falta eficiência e visão estratégica. Mas o debate político carece de certa contemporaneidade. Continuamos no século passado.

Neste ano marcado por eleições gerais, os atuais governantes deveriam abrir uma discussão que parece delicada, mas é essencial. Chegou o tempo de rever a Constituição. Existem travas ao crescimento de todo o tipo. A cada ano se agrava mais o problema de um país que não cresce, que não se desenvolve. O Brasil não cresce há 40 anos. Nunca



anda pra frente, apesar de uma parcela da população tentar avançar.

Estão aí, como exemplos de inovações, a introdução do PIX e a adoção da tecnologia 5G. São, sem dúvida, conquistas importantes que abrem novos horizontes. Mas como o país competitivo vai conviver com o emaranhado de legislação que empareda os negócios e a atividade econômica? Mesmo durante a pandemia, foram editados milhares de decretos. Não custa lembrar que a velocidade da internet móvel no Brasil ainda está bem abaixo da média global. E 40 milhões de brasileiros continuam sem acesso à rede.

Está na hora de debater para onde vai o Brasil. Já passamos por 1/5 do Século XXI e uma grave pandemia, mas continuamos nos comportando como um país do Século XX. O candidato à Presidência que compreender a agenda que de fato interessa ao país sairá à frente dos demais concorrentes. Precisamos deixar para trás as amarras burocráticas e dar um grande passo à frente. Esse é o desafio de nosso tempo. ◆



ECONOMIA

A reinvenção da agenda de infraestrutura como caminho para a retomada do desenvolvimento

Saulo Puttini

Diretor Executivo do BNDES

O ano é 2022. Enquanto o mundo tenta compreender todas as inúmeras consequências relacionadas ao complexo xadrez geopolítico neste momento travado entre Rússia, Ucrânia, OTAN e União Europeia, no Brasil temos de lidar com um



cenário econômico-social pós-pandemia por si só suficientemente desafiador¹ – ao qual somam-se tragédias como a que recentemente acometeu o Município de Petrópolis e arredores, onde enchentes e deslizamentos vitimaram centenas pessoas e parte relevante do nosso patrimônio histórico.

Em meio a mais um ano que se inicia marcado por medos e incertezas, o BNDES comemora seu 70º aniversário em momento institucional especial, que pode ser simbolizado na recente campanha publicitária “O Brasil pode contar com o BNDES”, ou simplesmente, *#contecombndes*².

O ensejo para uma tal mensagem ao grande público é representativo da coincidência temporal entre dois momentos marcantes da história recente do Banco Nacional de Desenvolvimento: (i) de um lado, a superação da crise de imagem sem precedentes, baseada em acusações de que seria uma

1 “Nada será como antes”, foi o título escolhido para o último editorial desta jovem e exitosa Revista Cartório 15, em referência aos múltiplos impactos da pandemia em setores da vida política, econômica e social tão diversos como o das relações afetivas, tema escolhido para a publicação.

2 <https://www.youtube.com/watch?v=LxDuXHCkeHM> (acesso em 8/3/2022).



caixa-preta a ser aberta³, e, (ii) de outro, a crise mundial decorrente do surgimento da covid-19, que, juntos, acabaram por permitir à Instituição a retomada de um dos seus papéis históricos centrais, o de agente anticíclico em situações de crise⁴, auxiliando na formulação das soluções para a retomada do crescimento⁵.

“O caminho passa pela oferta de projetos de qualidade, com modelos de garantia atrativos, aptos a mobilizar não apenas as tradicionais, mas também novas fontes de recursos”

3 <https://aberto.bndes.gov.br/aberto/caso/caixa-preta/> (acesso em 8/3/2022).

4 <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/BNDES-lanca-estudo-sobre-sua-atuacao-anticiclica-durante-a-crise-da-Covid-19/> (acesso em 8/3/2022).

5 [https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/medidas-emergenciais-do-bndes-na-pandemia-injetaram-r\\$-154-bilhoes%20-na-economia](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/medidas-emergenciais-do-bndes-na-pandemia-injetaram-r$-154-bilhoes%20-na-economia) (acesso em 8/3/2022).



Um novo BNDES? – De fato, enquanto a pandemia foi (e segue sendo) evento que surpreendeu o planeta, o amadurecimento institucional que permitiu ao BNDES recobrar a legitimidade que a operação Lava-Jato pareceu colocar em xeque decorreu de um longo e profundo trabalho de revigoramento das suas bases de atuação, lastreado na promoção de melhorias de processos internos, bem como na priorização da transparência e do diálogo institucional acerca das nossas operações passadas, presentes e futuras.

Nesse sentido, cada nova solução concebida no âmbito do BNDES para mitigar os impactos econômicos e sociais da pandemia foi objeto não apenas de ampla divulgação ao público ao longo de todo o seu processo de criação, mas também de extensivas trocas e interação com toda ordem de stakeholders, especialmente, em se tratando de soluções inovadoras, os órgãos de controle.

Não pode parar por aí – Acaba de ser noticiado que o crescimento do Produto Interno Bruto no Brasil em 2021 recuperou as perdas do ano anterior . Poucos dias antes, o BNDES divulgou seu resultado finan-



ceiro para esse mesmo ano – da ordem de R\$34 bilhões – apontado como o maior lucro contábil de uma instituição financeira na história do Brasil, tendo sido, ainda, reconhecido em ranking da consultoria internacional Infralogic – que compila informações sobre negócios em infraestrutura – como o maior estruturador de projetos de parcerias público-privadas, concessões e privatizações em infraestrutura do planeta nesse mesmo ano 2021 .

“Em 2022, o BNDES completa 70 de existência com um modelo de atuação renovado”

Não é de hoje que se reconhece, que, para alavancar a agenda de infraestrutura no Brasil, o caminho passa pela oferta de projetos de qualidade, com modelos de garantia atrativos, aptos a mobilizar não apenas as tradicionais, mas também novas fontes de recursos, em um ambiente de diálogo, cooperação e segurança jurídica na relação entre empreendedores, instituições financeiras, e gestores públicos.



Atento a esse dado, e indo além das agendas de transparência e diálogo institucional, o BNDES passou a desenvolver um novo nicho de atuação, denominado Fábrica de Projetos. Do seu quadro atual, da ordem de 2.500 empregados, mais de 250 entre engenheiros, economistas, advogados, contadores e administradores estão dedicados integralmente à viabilização de uma carteira que hoje conta com algo em torno de 150 projetos em estruturação, abarcando todas as regiões do país, tendo já sido leiloados outros 19, num total de investimentos previstos da ordem de R\$ 383 bilhões.

Em 2022, o BNDES completa 70 de existência com um modelo de atuação renovado, honrando, como registrou recentemente o Presidente Gustavo Montezano: “...o desafio de liderar e conduzir a transição em um momento de reconstrução global em que o Brasil é, por vocação, protagonista. Aos olhos do mundo, devemos ser referência. Aos olhos dos brasileiros, uma janela de oportunidades empresariais e sociais”. Sem a reinvenção da agenda de infraestrutura pelo Banco, a retomada do desenvolvimento em nosso país certamente teria um caminho mais lento e tortuoso. ◆



IMÓVEIS

Retrofit: Transformando e valorizando o Rio

Marcos Saceanu

Presidente da Ademi-RJ

Muito popular na Europa, o *retrofit* ganha cada vez mais espaço e visibilidade no mercado imobiliário carioca e na preferência dos consumidores. O motivo é claro: o Rio de Janeiro possui uma beleza arquitetônica incontestável, exponencialmente abrihantada por empreendimentos únicos, criados por este processo de modernização.



“Retrofitar” um prédio já existente, reformando e ajustando suas características, e muitas vezes até alterando o uso da edificação, é reconhecer que a vida em uma grande cidade é dinâmica e a vocação de utilização dos imóveis pode passar por uma adaptação ao longo dos anos. Inúmeros prédios, particulares ou públicos, são preservados por lei devido às suas características arquitetônicas ou relevância cultural. Mas, quando vazios e não utilizados, transformam-se em um problema urbano, trazendo um aspecto de abandono e prejudicando a paisagem de uma rua ou bairro.

A revitalização destes imóveis abandonados, tombados ou não, devolve a dignidade arquitetônica e social ao entorno. Bons exemplos são o antigo Hotel Paysandu, fechado e deteriorado há quatro anos, que deu lugar a um novo projeto imobiliário residencial, e o tradicional Hotel Glória, também fechado há anos, e que, brevemente, será transformado em um edifício residencial com uma das mais belas vistas do Rio.

Além da atratividade visual, o *retrofit* é, para o mercado imobiliário, um importante instrumento



de fomento ao setor, trazendo mais investimentos para o Rio. Entendendo a importância deste movimento para a qualidade urbana, em 2021, o Poder Executivo Municipal e a Câmara Municipal deram um impulso importante, aprovando e regulamentando a Lei Complementar nº 232, com incentivos para a recuperação de imóveis protegidos e de edificações regularmente construídas e licenciadas.

O mercado imobiliário já abraçou esta nova forma de enxergar e transformar a cidade, que impacta diretamente no futuro do urbanismo, na concepção de moradia e no fôlego da economia carioca. Vale destacar, porém, que são inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos construtores ao encarar o desafio do *retrofit*. Afinal, o custo de construção pode ser

“O Rio de Janeiro possui uma beleza arquitetônica incontestável, exponencialmente abrihantada por empreendimentos únicos, criados por este processo de modernização”



maior do que o de um projeto tradicional, seja pela dificuldade de se projetar sobre algo já existente, seja pelas surpresas encontradas ao longo da obra, que podem impor custos adicionais. Ainda assim, sob o ângulo da sustentabilidade, o *retrofit* propicia economia de resíduos, pois aproveita os materiais e insumos já gerados anteriormente, se constituindo em uma importante ferramenta na agenda ambiental da indústria da construção civil.

As oportunidades de *retrofit* no Rio de Janeiro estão espalhadas por toda a cidade. No Centro, esta modalidade de construção será líder no nascimento de novos empreendimentos, dentro do projeto Reviver Centro. A vacância de imóveis comerciais naquela região, certamente, gera a oportunidade e a necessidade de releitura e de transformação de uso dos imóveis, convertendo-os em residências. O Edifício “A Noite”, primeiro arranha-céu da cidade, localizado às margens do Museu do Amanhã, é um exemplo clássico de adaptação de uma edificação aos novos usos. Dezenas, ou talvez centenas, de imóveis poderão passar por releituras similares, não só no Centro da cidade, mas também nas zonas



“O mercado imobiliário já abraçou esta nova forma de enxergar e transformar a cidade, que impacta diretamente no futuro do urbanismo, na concepção de moradia e no fôlego da economia carioca”

Norte e Oeste, pois a beleza da arquitetura carioca é plural e marcante nos mais diversos bairros do Rio.

Retrofit é uma forma de preservar a memória, a história e a cultura, inserindo todo este conteúdo essencial na vida contemporânea da cidade, harmonizando o passado com o presente e semeando um futuro mais consciente e qualificado. Não é à toa que tais empreendimentos sejam cada vez mais populares no Rio e na preferência dos consumidores. Os projetos frutos de *retrofit* tornam-se únicos, admirados e impossíveis de serem reproduzidos, com essência, com alma e, por isso, muito valiosos para o nosso Rio de Janeiro. ◆



BÚSSOLA

As melhores dicas de **Nova York**

ENTREVISTA COM ANDREA NATAL





Após 24 anos dedicados ao icônico Copacabana Palace, a hoteleira Andrea Natal comemora um ano de Nova York no comando do exclusivíssimo Fasano Fifth Avenue, localizado no Upper East Side. Ela se mudou para a metrópole americana para abrir um hotel novo em plena pandemia, quando o setor do turismo sofria os mais duros impactos das restrições de viagens. Consolidar a marca Fasano para o mercado americano e difundir o conceito de *hotel club* foram alguns dos desafios encarados com excelência por ela. Depois de experimentar as quatro estações do ano em Nova York, Andrea destaca os passeios de bicicleta como os seus programas preferidos na cidade.

Como foi a sua transição do Copacabana Palace no Rio para o Fasano em Nova York?

No Copa fiquei por 24 anos. Sou hoteleira desde os meus 19 anos e minha formação foi na cadeia Meridien. Em 1989, o Copa foi comprado pela Orient Express e, em janeiro de 1990, eu fui trabalhar lá, onde permaneci por dois anos. Depois deste



período, fiquei fora do Brasil por seis anos, e em 1997, voltei para o Copa e lá fiquei até 2020. Iniciei como responsável pela área de hospedagem, fui promovida à Gerente-Residente – quando passei a morar no hotel – e, em 2008, tive uma nova promoção, desta vez para Gerente Geral. Sempre fui apaixonada por hotelaria e, assim que terminei meu ciclo no Copa, recebi um convite do Gero Fasano perguntando se eu queria ir para Nova York. Aceitei de imediato, pois trabalhar com o Gero Fasano é um sonho de muitos hoteleiros.



O Fasano Fifth Avenue é um *hotel club* mas que funciona também como residência. Como funciona esse conceito?

O Fasano Fifth Avenue é um Private Members Club Hotel, um novo conceito para o Grupo Fasano, mas que é uma tendência do mercado. Para se hospedar é preciso ser membro, mediante solicitação. O Hotel abriga também o Fasano Caffè, um ambiente intimista, que funciona para o café da manhã, almoço e jantar, com excelentes coquetéis e a tradicional gastronomia italiana em um *menu* conciso com pratos italianos clássicos. Nosso trabalho tem sido voltado a expandir a marca por aqui, mostrar que chegamos em Nova York e que vamos chegar em outros lugares em um futuro próximo.

Fasano acaba de inaugurar um restaurante também em Nova York. Conte um pouquinho dessa novidade.

O Grupo Fasano inaugurou agora, em fevereiro, o restaurante Fasano New York que está incrível, vai virar *top of the list!* A decoração é assinada pelo Isay Weinfeld, arquiteto paulista com muitos projetos em NY, mas cada canto do restaurante tem o toque do



“Nosso trabalho tem sido voltado a expandir a marca por aqui, mostrar que chegamos em Nova York e que vamos chegar em outros lugares em um futuro próximo”



Gero Fasano. O espaço contempla na entrada uma osteria que é conectada por um corredor – com fotos e antiguidades – com o salão principal. O segundo andar abriga uma sala privativa e, em breve, terá também um Baretto. Vale muito a pena conhecer!

Quais outras dicas de gastronomia você daria em Nova Iorque?

Há vários restaurantes tradicionais, mas tem muita coisa nova abrindo. Muitos tiveram que fechar na pandemia e agora estão bombando de novo. Gosto muito das brasseries, são aconchegantes. Destaco o restaurante novo do *chef* Daniel Boulud, o Le Pavillon, uma culinária francesa, mas com menos “pompa e circunstância”.

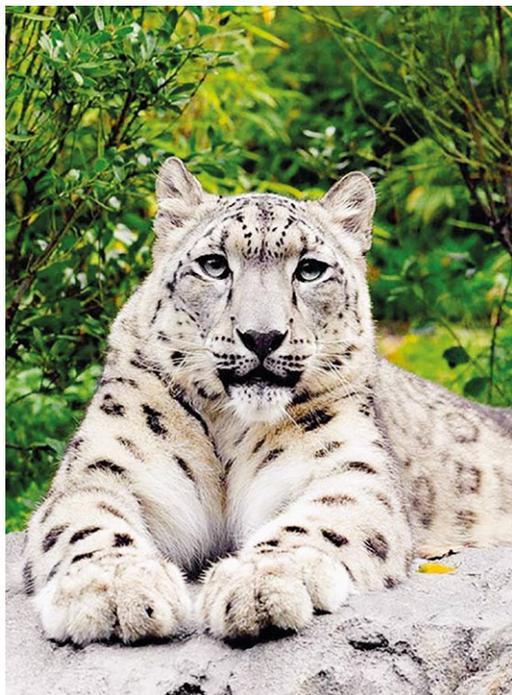
Quais são suas dicas de passeio na cidade? Aquelas de morador, não de turista.

Nessa época do ano recomendo os *shows* da Broadway. Fui ver Moulin Rouge, Michael Jackson e o Lago dos Cisnes no Lincoln Center. Quando o tempo permite, frequento os parques. Adoro o Kingston, uma espécie de Inhotim de Nova York, com esculturas belíssimas. Adoro programas ao ar livre e trouxe minha bicicleta. Tem passeios maravilhosos, como

ir ao parque Bear Mountain, que são 100 quilômetros para chegar lá e já fiz três vezes. Tem também o Grand Fondo de New York, que não é uma competição, mas um *tour de bike*, que vai acontecer em maio. Para quem preferir passeios mais curtos, pedalar cedo no Central Park é uma ótima opção.

Qual foi uma boa surpresa de Nova York?

Eu não conhecia o zoológico que fica no Central Park. Lá tem uma família de leopardos-das-neves, espécie que está em risco de extinção, e tem uma mãe com dois filhos gêmeos, que acaba de conhecer seu novo marido. É uma graça! Inclusive o leopardo-das-neves é o mascote do Fasano Fifth Avenue. ♦





SABORES

Muito prazer, *Pedro de Artagão!*

Pedro de Artagão

Chef



Sou carioca e, diferente do que muitos pensam, não estudei fora do Brasil. Sou filho de uma professora e de um economista de classe média. Só tive a oportunidade de viajar bem mais tarde, em função de minha profissão. Já levei a minha cozinha para eventos no Canadá, na França e na Ásia – para ser preciso, no Vietnã e em Singapura. Lá fora mostrei tapioca, picanha e moqueca. Ou seja, comida brasileira.

Descobri a cozinha aos oito anos, nos encontros de família, sempre muito curioso. A cozinha de casa era essencialmente carioca, tinha feijoada, cozido, moquecas, tutus, pirões e afins. Uma mistura de brasilidade e cozinha “continental”, como é chamada a cozinha reconhecível em qualquer canto do mundo.

Morava com minha família no Recreio dos Bandeirantes e por lá meu avô e seus filhos abriram, em 1984, a Oficina do Pão, um sucesso na época. Seria natural que em minha história eu tivesse começado



a cozinhar por lá, mas não foi o caso. Eu ia acompanhar a minha mãe após a escola e tive minhas primeiras relações com dinheiro, ao repor prateleiras em troca de alguns trocados, já aprendendo a lidar com o trabalho.



Desde sempre, a cozinha clássica carioca me inspirou, e era nela em que concentrava meus estudos. Porém, sempre a utilizei através de releituras e interpretações, com roupagens sofisticadas”

Um dia, já morando no Leblon, minha mãe perguntou por que eu não pensava em trabalhar com gastronomia. Ela havia percebido, quando morou fora do país, que a profissão seria super reconhecida. No Brasil, ainda engatinhava nas mãos de Claude, Danio Braga e Zé Hugo Celidônio.



Decidido, escolhi o curso de hotelaria, pois era o mais próximo do mundo da “restauração” que existia por aqui. E, ao estudar e tratar de “hospitalidade”, me descobri um excelente aluno. Enquanto estudava, comecei a trabalhar na cozinha do mestre Celidônio. Ali eu me encontrei e talvez tenha começado a desenhar minha assinatura.

Depois, passei pelas cozinhas da doce Flávia Quaresma e do mestre Rolland Villard, no hotel Sofitel de Copacabana, hoje Fairmont. Foi enquanto empregado do hotel que minha veia empreendedora começou a pulsar mais forte. Na sequência, comecei a ser convidado para assinar a gastronomia de eventos em casa, para a alta sociedade carioca, e acabei sendo chamado para implantar o serviço de alimentos e bebidas em uma nova operação hoteleira da rede Transamérica.

Fui para o restaurante Laguiole, no Museu de Arte Moderna (MAM). Lá, ganhei notoriedade e percebi que queria desenhar a operação como um todo. Era 2011, eu já tinha conhecido a Marcela, minha esposa, e pensava em construir uma família. Precisava dar esse passo e saí para montar o



Irajá, primeiro restaurante do Grupo Irajá, hoje com cerca de 300 colaboradores, oito restaurantes no Rio de Janeiro, um abrindo em São Paulo, um serviço de *catering and keep counting*. Trouxe para a sociedade o Marcos Werneck, meu sócio até hoje, um irmão que a gastronomia me deu. O Irajá foi um sucesso imediato. A fórmula: um ambiente despretensioso, porém chique, essencialmente o que é o Rio de Janeiro, somado à mesma comida

“Minha história se funde com a cultura e a comida cariocas, e me sinto mais do que honrado pela minha estrada e formação”





que me inspirava, lá de trás, muita pesquisa nos restaurantes clássicos do Rio, tudo com técnica e apresentação. Releitura de Caprese, bolo de brigadeiro, picadinho, entre outros.

Nesses últimos 11 anos já abrimos e fechamos casas, mas nunca perdemos de vista o propósito inicial, que era fazer diferente daquilo que eu e meu sócio já havíamos vivido trabalhando para outros, diferente para com os colaboradores e na entrega para os clientes. Hoje, após muitas crises em nossa cidade, e a devastação que foi a pandemia, estamos mais fortes e com planos mais agressivos. E já não somos só nós dois. Temos Gui, Gustavo e Thiago. Vamos continuar empreendendo!

Após todo esse período, 26 anos trabalhando com gastronomia, finalmente fiz o círculo completo. Desde sempre, a cozinha clássica carioca me inspirou, e era nela em que concentrava meus estudos. Porém, sempre a utilizei através de releituras e interpretações, com roupagens sofisticadas.

Atualmente, afirmo que consegui, por meio dos nossos Botecos, o Rainha e o Princesa, homena-



gear a cultura gastronômica de nossa cidade e país, e me orgulho muito disso. Também foi um prazer documentar essa gastronomia no programa “Rio de barriga cheia”, que gravei em 2021 e foi transmitido por canal da TV a cabo.

Minha história se funde com a cultura e a comida cariocas, e me sinto mais do que honrado pela minha estrada e formação. E finalizo com o texto de abertura de meu programa: “Se você pensa que o Rio de Janeiro é só praia e carnaval, não se engane, pois ele é muito mais que isso! Da alta gastronomia ao boteco, da toalha branca ao pé na areia, vem comigo que vou te levar para conhecer esse outro lado da cidade maravilhosa. Eu sou o Pedro de Artagão e esse é o meu Rio de Janeiro!”. ◆



EXPEDIENTE

Revista do 15º Ofício de Notas,
produzida pela Editora JC
Edição 03 – Abril de 2022

15º Ofício de Notas

Tabeliã

Fernanda de Freitas Leitão

Substituta Legal

Michelle Novaes

Editora JC

Av. Rio Branco, 14, 18º andar

CEP 20090-000 – Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2240-0429

editorajc@editorajc.com.br

Unidade Centro

R. do Ouvidor, 89

CEP 20040-030 – Rio de Janeiro

Tel.: (21) 3233-2600

faleconosco@cartorio15.com.br

Edição

Rafael Rodrigues

Diagramação

Diogo Tomaz

Unidade Barra da Tijuca

Av. das Américas, 500, Bloco 11,

Sala 106

Shopping Downtown

CEP 22640-100 – Rio de Janeiro

Tel.: (21) 3154-7161

Todo o conteúdo é de responsabilidade do 15º Ofício de Notas

Créditos das imagens: Divulgação; exceto páginas 61, 63 e 64:

Canva Pro; página 62 foto de Mohammed Hassan, Unsplash.

15^o Cartório
Ofício de Notas
Tabeliã: *Fernanda de Freitas Leitão*
Substituta Legal: *Michelle Novaes*

**JUSTIÇA &
CIDADANIA**